

1 Ata da 41ª reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do
2 Baixo Paranaíba – CBH-PN3. Aos dois dias do mês de junho de 2015, às 09 horas, na
3 sede do Comitê, na av. Antonio Thomaz Ferreira Rezende, 3.180 – Distrito Industrial,
4 Uberlândia/MG, reuniram-se os representantes do CBH-PN3, no total de 32 presentes
5 entre conselheiros titulares, suplentes e demais convidados, para discussão dos
6 seguintes assuntos: 1. Execução do Hino Nacional Brasileiro; 2. Abertura pelo
7 presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica PN3, Sr. Marcelo Gouveia Guimarães; 3.
8 Informes gerais; 4. Leitura e aprovação da ata da 40ª reunião ordinária; 5.
9 Apresentação do Plano de Ação de Recursos Hídricos do PN3 - Apresentação:
10 Agência Nacional de Águas (ANA); 6. Apresentação do projeto de Termo de Parceria a
11 ser celebrado com uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)
12 para executar a Política Pública de fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas
13 por meio de sua estruturação física e operacional - Apresentação: Sr. Robson
14 Rodrigues dos Santos - Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); 7. Deliberações:
15 Minuta de deliberação que aprova a adesão do CBH-PN3 ao Termo de Parceria a ser
16 celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e a Secretaria de Estado de
17 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e uma Organização da Sociedade Civil
18 de Interesse Público (OSCIP) para executar a Política Pública de fortalecimento dos
19 Comitês de Bacias Hidrográficas por meio de sua estruturação física e operacional;
20 8. Assuntos gerais; 9. Encerramento. Nessa ordem o presidente do CBH-PN3, Sr.
21 Marcelo Gouveia Guimarães, procedeu à abertura da reunião, cumprimentando a todos
22 e dando as boas vindas com uma oração, e após passou para a leitura dos informes
23 gerais sendo: Formulário de Registro de contribuições à Força-Tarefa SISEMA-2015,
24 onde cada conselheiro deve preencher o formulário e enviar por meio eletrônico até 19
25 de junho de 2015; Todo material publicitário do Comitê deve conter as logomarcas do
26 IGAM e Governo de Minas; Convocações para Reuniões do COPAM URC TMAP, onde
27 o CBH PN3 é representado pelos Conselheiros: Dora Marquez Peres Drummond,
28 Marcelo Gouveia Guimarães e Sr. Volnei Ferreira de Paiva, onde a conselheira Dora já
29 participou de duas Reuniões Ordinárias; Fórum das Águas que acontecerá em Unaí de
30 Minas dias 17 e 18 de Junho; Conferência Nacional de Segurança Hídrica que
31 acontece do dia 13 a 17 de setembro em Uberlândia no Center Convention; ENCOB
32 que acontece do dia 04 a 10 de outubro de 2015 em Goiás (Local ainda não
33 confirmado). Continuou com a leitura dos informes gerais, iniciando com as
34 justificativas de ausência, começando pelo conselheiro Nilo André Bernardi Filho,
35 representante da Caiapônia Instituto de Saneamento Ambiental, que justificou a sua
36 ausência, pois no mesmo dia estaria trabalhando fora do Estado, o Sr. Marco Túlio
37 Machado Borges Prata, representante da Prefeitura Municipal de Uberaba, não pode
38 comparecer, pois havia outros compromissos profissionais com a semana do meio
39 ambiente; a Sra. Ravenia Oliveira Leite que representa PCMG – Polícia Civil de Minas
40 Gerais justificou a sua ausência devido estar em viagem de férias; o Sr. Sandoval
41 Teodoro, representante Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Vitória, devido estar
42 fechando o balanço da EXPOSANTA 2015; os Srs. Gilson Antônio Guimarães e Walmir
43 Perusso, representantes da IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária, por não haver
44 verba; o Sr. Dener Carlos Vilarinho Garcia, representante da PM-Ituiutaba, pois conta
45 da semana do meio ambiente está atarefado nesta semana, e o Sr. Hideraldo Buch,
46 representante da SES – Secretária de Estado da Saúde – Uberaba, por questões
47 particulares e familiares. Prosseguindo com a pauta, passou-se para a leitura e
48 aprovação da ata da 40ª Reunião Ordinária que ocorreu dia 07 de abril de 2015, onde
49 se verificou as abstenções dos conselheiros Dora Marquez Peres Drummond, José
50 Maria de Castro Junior e Marina Lígia de Oliveira Rocha, para a votação. Ata aprovada.

M. Gouveia

51 Dando andamento aos trabalhos, a palavra foi passada ao Sr. Marcio Araújo
52 representante da ANA – Agência Nacional das Águas, para apresentação do Plano de
53 Ação de Recursos Hídricos do PN3. A apresentação foi dividida em tópicos sendo:
54 Diagnósticos; Cenários; Programa de Investimentos; Diretrizes e Recomendações para
55 Instrumentos de Gestão e Conclusões. No Diagnóstico-Aspectos Físicos, ficou
56 demonstrado as Aptidões para Lavoura, Pastagem e Inaptidão para as Atividades
57 Agrícolas assim como os Reservatórios da Bacia do PN3. Nos Aspectos Bióticos,
58 observaram-se as APCBs (Área Prioritária para a Conservação da Biodiversidade, e
59 Remanescentes de vegetação Nativa, Cerrado e Mata Atlântica). Unidades de
60 conservação: 0,4% da área da UGR. Sobre o Uso e Ocupação do Solo sendo
61 Agricultura, Pastagem, Cerrado, Floresta, Área Urbana, Reservatórios, Pivô Central
62 dentre outras. Sobre a Demanda e Disponibilidade de Água, verificou-se que a Bacia
63 do PN3 tem disponível 69,35m³/s e consumo 22,9m³/s. Feito também Balanço Hídrico
64 Quantitativo, Aspecto da Qualidade de Água da Bacia, onde se constatou que no
65 período de 2008-2010 no Rio da Prata não houve desconformidades, já no Rio Tijucu
66 há desconformidades com mais frequência sendo poluição difusa de origem
67 agropecuária e lançamento de efluentes domésticos no trecho de análise na cidade de
68 Ituiutaba. Como parâmetros monitorados encontrou-se DBO, FE dissolvido e um pouco
69 de ferro e manganês. No Rio Arantes as desconformidades estão dentro da margem
70 aceitável. No tópico Saneamento na Bacia, conforme avisado anteriormente pelo Sr.
71 Robson (Representante do IGAM) que esses dados não foram atualizados pela ANA,
72 consta 94,3% de Índice de Coleta na Bacia e 28,7% de Índice de tratamento na bacia,
73 sendo que esse índice estaria prejudicado por conta das informações prestadas por
74 fontes secundárias, onde constam apenas 50% de tratamento sendo que na verdade o
75 índice correto e atualizado é 97%, conforme ofício enviado pelo Gerente da SAE
76 através de seu representante no Comitê o Sr. Marcel Leonardo Nogueira. Neste ponto
77 a conselheira Dora Drummond questiona se as informações que faltam ser atualizadas
78 são somente as de saneamento, onde o Sr. Celio confirma. O conselheiro Gustavo
79 Malacco (ANGÁ) sugere que ofício enviado pela SAE-Ituiutaba seja enviado para a
80 ANA corrigir informação, e aproveitando a oportunidade o Presidente Marcelo, enfatiza
81 que índice não pode ficar incorreto, pois afeta a planilha de investimentos. O
82 representante da ANA, Sr. Célio Pereira, retoma a palavra e conclui sobre este tema
83 que de maneira geral o desague de maior vazão não apresenta comprometimento de
84 DBO e Fósforo, e que os problemas de qualidade de água são pontuais. O Sr. Marcio
85 retoma a palavra e passar a falar sobre Geração Hidrelétrica, onde sobre
86 Empreendimentos em Operação e Construção, o Conselheiro Gustavo Malacco
87 (ANGÁ) informou que da data da pesquisa, já devem ter de 15 a 20 empreendimentos
88 a mais no Alto Rio Araguari. Analisados os Ecossistemas Aquáticos, onde se observou
89 Alto endemismo e diversidade de espécies raras, e em ambientes lóticos
90 remanescentes há migrações. Passando para o tópico 2, Cenários, com horizonte do
91 ano 2033, projeta-se um crescimento populacional para 319.004 habitantes, sendo
92 analisados as variáveis, cenários tendenciais, cenários normativos e críticos, sendo
93 que no cenário crítico, a demanda aumenta ultrapassando 50% da disponibilidade.
94 Sobre o Programa de Investimentos o Sr. Marcio informou que há uma estrutura do
95 Programa de investimentos composta por 3 componentes, sendo o componente 1
96 sobre Gestão de Recursos Hídricos, trazendo fortalecimento institucional, a
97 implantação de instrumentos de gestão e a recuperação ambiental e sendo dividido em
98 7 programas e 27 subprogramas; componente 2 sobre Infraestrutura Física, melhoria
99 da infraestrutura de recursos hídricos em saneamento, sendo dividido em 1 programa e
100 5 subprogramas e o componente 3 sobre Bases para gestão de recursos Hídricos, com

M. Ubravato


101 a ampliação do conhecimento em recursos hídricos como subsídio para sua gestão,
102 dividido em 7 programas e 9 subprogramas. Após a explicação de cada tópico, o
103 presidente Marcelo Gouveia, pediu atenção para as informações e novamente
104 mencionou sobre o quão nocivo será para a região se plano for aprovado com
105 informações que não condizem com a realidade. Sr. Marcio retoma a apresentação e
106 explica sobre os custos do programa de investimentos e sua distribuição temporal de
107 2014 a 2033. Sr. Celio reforça que há correções a serem feitas. Sr. Marcio continua a
108 falar sobre as Fichas dos subprogramas e modelo de preenchimento. Sobre as
109 principais fontes de recursos, foram apresentados gráficos sobre Investimentos x PPAs
110 (Plano Plurianual PRH Paranaíba). De maneira geral, os Recursos concentram-se em
111 Tarifas de serviços e saneamento, sendo por meio da iniciativa privada, sendo próprios
112 ou por meio de financiamentos; Doações, do Governo ou Organismos Internacionais;
113 Compensação Financeira pela geração de Energia Elétrica, CT-Hidro, Orçamento
114 Geral da União e Orçamentos Gerais dos Estados e Municípios; e pela Cobrança, no
115 caso pelo CBH Paranaíba. Já sobre as Diretrizes e Recomendações para os
116 Instrumentos de Gestão, o Sr. Celio retoma a apresentação e fala sobre os
117 Enquadramentos dos Corpos Hídricos Superficiais: Análise: 162 estações de
118 monitoramento (12 parâmetros); cargas poluidoras de origem domésticas atuais;
119 cargas poluidoras futuras; usos preponderantes (44 trechos de rio). Parâmetros
120 prioritários: DBO e Fósforo; Vazões de referências: $Q_7, 10$ para a bacia. Sobre o
121 programa de efetivação do enquadramento serão disponibilizados R\$ 5.101,25
122 (milhões de reais). O Conselheiro Gustavo Malacco (ANGÁ) discute dois temas sobre
123 este tópico: 1- Que texto sobre enquadramento desta bacia tenha atenção especial,
124 alguns parâmetros com metas progressivas devem ser atendidos para que essas
125 comunidades que estejam nesse refúgio não sejam impactadas, e essa questão deve
126 ser trabalhada. 2- E sobre as cabeceiras do Rio Tijuco serem de categoria especial,
127 aplicando a mesma utilização que teve no Rio Uberabinha(outra Bacia). Sobre essa
128 questão o Conselheiro Robson (IGAM), diz que enquadramento é um tema complexo
129 e que deverá ser aprofundado os estudos e ampliar as discussões dentro da Bacia do
130 PN3. Thiago (FIEMG), reforça que tema deve ser esgotado antes de passar a
131 proposta. O Sr. Marcio retoma a apresentação e conclui que o PRH UGH Afluentes
132 Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3 apresenta um conjunto de ações baseadas em
133 critérios de sustentabilidade hídrica e ambiental, que visam o uso sustentável da água;
134 estas ações permitirão antecipar ou minimizar problemas e estão agrupadas nos
135 componentes de Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento Ambiental e Bases para
136 gestão dos Recursos Hídricos. Continua dizendo que a implementação das ações
137 propostas pelo Plano é o desafio para a bacia agora e nos próximos anos e envolve
138 esforços para a alocação dos recursos humanos e financeiros existentes em prol do
139 alcance das metas estabelecidas. E diz ainda que implementar o Plano, envolve
140 articulação nos 3 níveis de Governo e o comprometimento de atores sociais e políticos
141 em um processo dinâmico, participativo e focado em resultados de curto e longo prazo.
142 O Presidente, Marcelo Gouveia, agradece a apresentação do Plano de Bacia feita
143 pelos Srs. Marcio Araújo e Celio B. Pereira, e enfatiza aos conselheiros que o Plano é
144 um ideal para o Comitê e que podemos contribuir para melhorá-lo, e que infelizmente
145 falta muito para melhorar, e aprovar o Plano hoje seria prematuro. Ele continua e
146 sugere que cada conselheiro volte às suas bases, leiam o Plano, para que possamos
147 montar uma oficina e explorar mais o que precisa ser melhorado. O Sr. Robson (IGAM)
148 confirma que prerrogativa de aprovação do Caderno é Prerrogativa do Comitê. A
149 conselheira Dora Drummond informa que coleta seletiva é regulamentada e que já
150 solicitou ao IGAM a inclusão desse dado no Plano. Sobre a aprovação ou não do Plano

Robson

151 hoje, o Conselheiro Thiago (FIEMG) aponta que na pauta consta que seria feita
152 apresentação e não aprovação do Plano, e que com isso o ideal é que fosse feito em
153 outra ocasião. Sobre o tema, o conselheiro Gustavo Malacco (ANGÁ), sugere que
154 fechemos o Plano que a ANA apresentou, para que possamos incorporar
155 considerações dos conselheiros com prazo estabelecido e após feito isso, a Câmara
156 Técnica Institucional Legal (CTIL) se reúna e recomende o que será incluído ou não no
157 Plano, para que na próxima Reunião Ordinária, o Comitê possa votar. Os Conselheiros:
158 Jean (CEMIG), Cristina Garvil (Caiapônia) e Anamaria Moya (Hidrosal) apresentam
159 pontos a serem corrigidos, e o Conselheiro Robson (IGAM) sinaliza que Aprovação do
160 Plano deve ser pautada na próxima Reunião do PN3, e que ajustou com a ANA que em
161 3 semanas irão ajustar as alterações e enviarão para o Comitê. Conselheira Dora
162 Drummond questiona se deve enviar novamente informações sobre regulamentação da
163 coleta seletiva em Ituiutaba, ativa desde o ano de 2003, e o Sr. Marcio (ANA) responde
164 que IGAM irá passar as atualizações enviadas anteriormente. Encerrando este
165 assunto, passou-se para item 6 da Pauta que é aprovação da OSCIP. Com a palavra o
166 Sr. Robson (IGAM) que fez a apresentação sobre o que é e como funcionará a OSCIP.
167 A OSCIP é um título concedido a organizações de direito privado sem fins lucrativos,
168 que atuam no desenvolvimento de projetos e programas sociais que representem o
169 interesse público. Informou ainda que a SISEMA (Secretaria Estadual de Meio
170 Ambiente e Recursos Hídricos) irá celebrar parceria com Organização da Sociedade
171 Civil de Interesse Público para a execução da Política Pública de apoio aos Comitês de
172 Bacias Hidrográficas de Minas Gerais. Comentou sobre as competências do IGAM,
173 sendo: Celebração de termos de permissão de uso de bens móveis, suporte às
174 reuniões do CBH, suporte às reuniões do FMCBH e ENCOB, Elaboração e aplicação
175 de cursos sobre gestão de recursos hídricos, Criação e gestão do Portal dos Comitês,
176 Celebração e gestão de convênios: Recursos OGAM e FHIDRO, entre outras. Falou
177 também das dificuldades encontradas na gestão / execução dos convênios, como:
178 riscos ao erário público, desgaste para convenentes, CBHs, IGAM e SEMAD, entre
179 outros. O IGAM propôs ao CERH (DN 46/2014) a celebração de Termo de Parceria
180 entre o Governo do Estado de Minas Gerais e OSCIP para executar a Política Pública
181 de fortalecimento dos CBHs por meio de estruturação física e operacional. Esclareceu
182 as vantagens do Modelo de aplicação da OSCIP, tendo mais flexibilidade, autonomia,
183 agilidade e outros. Sobre as áreas temáticas que são: Estruturação dos CBHs; Apoio
184 às atividades dos CBHs; Capacitação e Treinamento; Comunicação, Educação
185 Ambiental e Mobilização Social; Acompanhamento das Ações estratégicas dos CBHs e
186 Gestão da Entidade Parceira, para cada uma, estão previstos indicadores e produtos a
187 serem entregues pela OSCIP parceiras. No primeiro momento da parceria será feita a
188 estruturação básica, que se entende por sede física (aluguel, luz, IPTU, telefone, etc.),
189 Corpo técnico (profissionais na área administrativa e com conhecimento em meio
190 ambiente e recursos hídricos). No segundo momento, além da estruturação básica,
191 será desenvolvido um Plano de Trabalho para adequar as atividades a realidade local.
192 Os entes envolvidos na parceria são: SEMAD, IGAM, SEPLAG, OSCIP, CERH E
193 CBHs. A parceria é anual com renovações via aditivos. Os Comitês podem aderir a
194 qualquer tempo por meio de aditivo. Questionou-se quanto tempo demora para de fato
195 a OSCIP prestar o suporte prometido ao CBH, e foi orientado que no mês de julho do
196 corrente ano, o edital de chamamento das OSCIPs interessadas com os critérios
197 apresentados. Questionou-se sobre a área da comunicação, que o ideal é que tenha
198 um profissional na Região do Comitê, pois de início, a parceria disponibiliza apenas o
199 apoio administrativo e técnico ambiental. O presidente, Marcelo, afirma que o Comitê
200 define através do Plano de Trabalho, onde serão aplicados os Recursos do FHIDRO, e

Marcelo

201 questiona o Sr. Robson se com a Parceria com a OSCIP, continuará dessa forma, e o
202 mesmo responde que sim, que a competência é do Comitê. Nesse contexto, o
203 conselheiro representante da SAE – Ituiutaba, Sr. Marcel, questiona sobre prazo do
204 último aditamento entre a SEMAD-AMVAP, e sobre isso, a Conselheira Maria Pedrosa
205 (AMVAP), responde que no mês de Maio Foi solicitado novo aditamento com prazo até
206 31/12/2015, e indaga o Sr. Robson, se Parceria pode ser celebrada assim que o
207 Recurso acabar, e o mesmo responde que sim. O Conselheiro Jonas (COPASA),
208 perguntou sobre contrapartida da OSCIP para gerir recursos do CBH, e sobre isso o Sr.
209 Robson informa que no Edital de Chamamento irá constar percentual que será
210 repassado. Após esclarecimentos de todas as dúvidas, o presidente Marcelo Gouveia
211 juntamente com os conselheiros presentes, delibera sobre a adesão à OSCIP, para
212 que proceda assim que o Recurso do FHIDRO terminar. Sem mais, o presidente
213 agradeceu a presença de todos, informou que a próxima Reunião Ordinária será
214 realizada no dia quatro de agosto de 2015 na cidade de Uberlândia na sede do CBH-
215 PN3, e encerrou a reunião. Uberlândia, dois de junho de dois mil e quinze.

216
217 
218 ~~Marcelo Gouveia Guimarães~~
Presidente do CBH-PN3

Volnei Ferreira de Paiva
Secretário do CBH-PN3